

AUTO DE INFRAÇÃO

Nome: GERALDO DE CARVALHO JOAQUIM

Nº processo: 13903/2023

Endereço: RUA CURIMATA, QD 64, LT 24, LOTEAMENTO ITAOCAIA VALLEY

Nº do Auto: 27085

Motivo: POR EXECUÇÃO DE OBRA SEM A DEVIDA LICENÇA DA MUNICIPLAIDADE

Data da Lavratura: 18/07/2024

Prazo para Recurso:

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

INTIMAÇÃO

Nome: SR CONTRIBUINTE

Nº processo: 11128/2024

Endereço: RUA 08, QD 30, LT 38. JD ATLÂNTICO OESTE- FRAÇÃO 01

Nº do Auto: 27122

Motivo: CONSTRUÇÃO PROVAVELMENTE IRREGULAR

Data da Lavratura: 08/07/2024

Prazo para Recurso:

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

INTIMAÇÃO

Nome: COMINAT S.A

Nº processo: 21713/2022

Endereço: RUA 41, QD 257, LT 24, JD ATLÂNTICO CENTRAL

Nº do Auto: 27011

Motivo: CONSTRUÇÃO IRREGULAR

Data da Lavratura: 04/06/2024

Prazo para Recurso:

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

NOTIFICAÇÃO

Nome: ANDRE DA SILVA TEIXEIRA

Nº processo: 23064/2007

Endereço: AV. GILBERTO CARVALHO- LOTE CASA 73, VIVENDAS ITAIPUAÇU

Nº do Auto: 276446

Motivo: APRESENTAR PROJETO APROVADO, LICENÇA DE OBRAS E DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

Data da Lavratura: 18/07/2024

Prazo para Recurso:

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MARICÁ – SANEMAR E A CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ.

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MARICÁ – SANEMAR, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista, integrante da administração pública indireta do Município de Maricá, inscrita no CNPJ/MF nº 32.799.282/0001-25, com sede na Av. Vereador Francisco Sabino da Costa, nº 907, Centro, Maricá/RJ, CEP 24.900-100, representada neste ato pelo Diretor Presidente Interino, RODRIGO ALEXANDRE DE ABREU, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 13.2**.***- DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF de nº 099.***-**-**, e a empresa CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora do Amparo, nº 57 - Centro - Maricá/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 27.772.078/0001-80, representado pelo Chefe do Poder Legislativo, ALDAIR NUNES ELIAS, brasileiro, casado, comerciante, CPF nº 015. ***. ***-**, carteira de identidade nº 091.7**.*** IFP/RJ, celebraram o Termo de Cooperação Técnica nº 02/2023 em 09 de agosto de 2023, e celebram agora o presente TERMO ADITIVO ao respectivo Termo de Cooperação, tendo em vista as justificativas contidas no processo administrativo nº 15546/2023, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Resolvem as partes promover a alteração indicada no presente Termo Aditivo, o qual tem por finalidade a prorrogação da vigência contratual, a contar do termo final da vigência anterior, com supedâneo na Cláusula Segunda do Termo de Cooperação Técnica nº 02/2023.

Parágrafo Único – As motivações da alteração supra indicada encontram exaradas no Processo Administrativo nº 15546/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal o disposto no Art. 71 da Lei nº 13.303/16, assim como o disposto do Art. 163, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC SANEMAR, Lei nº 14.133/2021, no que couber, e Decreto Municipal nº 936/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO

O Termo de Cooperação de nº 02/2023 passa a ter vigência de mais 12 (doze) meses, a contar do final do prazo de vigência anterior, de acordo com o interesse de ambas as partes comunicadas por escrito nos autos do Processo Administrativo nº 15546/2023.

Parágrafo único. O interesse em uma nova prorrogação deverá observar o limite de até 05 (cinco) anos totais de vigência, a contar do início da vigência do Termo originário.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas e sub cláusulas do Termo de Cooperação Técnica nº 02/2023, não alteradas por este Termo Aditivo, permanecem com o mesmo teor e são por este Termo ratificadas.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste instrumento, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO em 2 (duas) vias, o qual passa a fazer parte integrante e inseparável do Termo de origem, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Maricá – RJ, 09 de agosto de 2024.

ALDAIR NUNES ELIAS

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ

RODRIGO ALEXANDRE DE ABREU

DIRETOR PRESIDENTE INTERINO

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MARICÁ – SANEMAR

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO _____

CPF _____

NOME COMPLETO _____

CPF _____

RESOLUÇÃO Nº. 0007, DE 28 DE AGOSTO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS E ESSENCIAIS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços administrativos essenciais para o bom funcionamento do Legislativo Municipal, resolve aprovar e seu Presidente promulgar a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para a prestação de serviços contínuos e essenciais no âmbito administrativo da Câmara Municipal de Maricá.

Art. 2º Consideram-se serviços essenciais, para fins desta Resolução, aqueles indispensáveis ao funcionamento ininterrupto das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal, tais como:

I - Serviços de protocolo e expedição de documentos, garantindo o registro e tramitação de proposições legislativas, ofícios e demais comunicações oficiais;

II - Serviços de contabilidade e finanças, assegurando o processamento de pagamentos, gestão orçamentária, contábil, financeira, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, recursos humanos, transparência fiscal, contracheque web e a prestação de contas;

III - Serviços de tecnologia da informação, incluindo a manutenção e a implantação do sistema de gestão legislativa, de sistemas, de rede interna, de segurança de dados, de comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais, call center, acesso à rede mundial internet por meio de fibra óptica;

IV - Serviços de apoio legislativo, compreendendo assessoria parlamentar, acompanhamento de sessões e comissões, e redação de atas, assegurando o apoio e suporte tecnológico e operacional nas atividades de recepção, jardinagem, asseio, portaria, condução de veículos, copeiragem, digitação, manutenção e alimentação do sítio

oficial da Câmara e do portal de transparência;

V - Serviços de limpeza, manutenção predial, preventiva e corretiva da Câmara, equipamentos, componentes auxiliares, adequações com fornecimento de materiais e mão de obra especializada com supervisão técnica de engenharia e, garantindo as condições adequadas de trabalho e segurança para servidores e vereadores;

VI - Serviços de comunicação institucional, incluindo atendimento à imprensa, divulgação de atos oficiais, e atualização do portal da Câmara;

VII - Serviços de abastecimento de água e de energia elétrica, assegurando o fornecimento contínuo e adequado para o funcionamento das instalações da Câmara, além de água potável para consumo;

VIII - Serviços de telefonia, garantindo a comunicação interna e externa da Câmara Municipal, incluída a telefonia móvel e serviço móvel pessoal (SMP);

IX – Serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial dos aparelhos de ar-condicionado;

X – Serviços e equipamentos de informática, microcomputadores, notebook com assistência técnica, impressoras, serviço de outsourcing e microcomputadores (all in one);

XI – Serviços gráficos compreendidos sua criação e arte;

XII – Serviços de medicina do trabalho;

XIII – Serviços de vigilância e segurança patrimonial;

XIV – serviços de locação de veículos oficiais;

XV – Serviços de fornecimento de combustível para frota de veículos oficiais;

XVI – serviços de buffet e copeiragem;

XVII – serviços de fornecimento de bilhetes de passagens aéreas;

XVIII – serviços de módulos adaptados para escritório por meio de containers;

Art. 3º A Diretoria de Administração Gestão e Planejamento da Câmara deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir a continuidade dos serviços essenciais descritos no Art. 2º.

Art. 4º Em caso de interrupção de serviços essenciais, a Câmara Municipal poderá implementar planos de contingência, realocar servidores e utilizar recursos adicionais para assegurar a continuidade das atividades administrativas.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, EM 28 DE AGOSTO DE 2024.

VEREADOR ALDAIR NUNES ELIAS

PRESIDENTE

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 53/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0013160/2021.

PARTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ – S.A – MOVEMENTES COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ: 09.271.093/0001-63.

OBJETO: RENOVAÇÃO DO CONTRATO POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 28/07/2024;

VALOR: R\$ 4.468.537,58 (QUATRO MILHÕES, QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 13.303/2016, REGULAMENTO INTERNO DA CODEMAR S.A., BEM COMO, TODAS AS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TEMA;

PROGRAMA DE TRABALHO: 38.01.04.122.0068.2223;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00;

ORIGEM DE RECURSO: 1704 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS;

EMPENHO N.º: 518/2024;

DATA DE ASSINATURA: 25/07/2024.

MARICÁ, 21 DE AGOSTO DE 2024.

Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda

Diretor Presidente

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 52/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0013160/2021.

PARTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ – S.A – DIÁLOGO COMUNICAÇÃO CORPORATIVA E DIGITAL SS LTDA – CNPJ: 03.201.952/0001-61
OBJETO: RENOVAÇÃO DO CONTRATO POR 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 28/07/2024; VALOR: R\$ 8.422.405,94 (OITO MILHÕES, QUATROCENTOS E VINTE E DOIS MIL, QUATROCENTOS E CINCO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS).
FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 13.303/2016, REGULAMENTO INTERNO DA CODEMAR S.A., BEM COMO, TODAS AS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TEMA;
PRAZO: 12 (DOZE) MESES;
PROGRAMA DE TRABALHO: 38.01.04.122.0068.2223;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00;
ORIGEM DE RECURSO: 1704 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS;
EMPENHO N.º: 517/2024;
DATA DE ASSINATURA: 25/07/2024.
MARICÁ, 22 DE AGOSTO DE 2024.
Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda
Diretor Presidente

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 54/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0013160/2021.
PARTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ – S.A – IPRI – INSTITUTO DE PESQUISA DE REPUTAÇÃO E IMAGEM LTDA - CNPJ: 11.077.560/0001-60.
OBJETO: RENOVAÇÃO DO CONTRATO POR 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 28/07/2024, BEM COMO O ACRÉSCIMO DE VALOR NO PERCENTUAL DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO). VALOR: R\$ 3.341.250,00 (TRÊS MILHÕES, TREZENTOS E QUARENTA E UM MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).
FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 13.303/2016, REGULAMENTO INTERNO DA CODEMAR S.A., BEM COMO, TODAS AS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TEMA;
PRAZO: 12 (DOZE) MESES;
PROGRAMA DE TRABALHO: 38.01.04.122.0068.2223;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00;
ORIGEM DE RECURSO: 1704 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS;
EMPENHO N.º: 519/2024;
DATA DE ASSINATURA: 25/07/2024.
MARICÁ, 22 DE AGOSTO DE 2024.
Hamilton Broglia F. de Lacerda
Diretor presidente

PORTARIA N.º 163 DE 22 DE AGOSTO DE 2024.
ALTERA A PORTARIA N.º 343 DE 09 DE OUTUBRO DE 2023, QUE DISPÕEM SOBRE A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N.º 49/2022 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5765/2022, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRODUÇÃO DE EVENTOS.
O PRESIDENTE DA CODEMAR, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Superintendência de Contratos e Convênios, em observância ao art. 22 § 4º do Decreto Municipal Nº. 158/2018 e considerando a necessidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato de n.º 49/2022.
RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR o(s) servidor(es) abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização do termo de contrato.

SUBSTITUIR:

COMISSÃO	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DO CONTRATO:	KELLY FEITOSA RODRIGUES	587
FISCAL TÉCNICO:	JANAINA CUTRIM CRUZ BRITTO SANTOS	367
FISCAL ADMINISTRATIVO:	MARIANA DE OLIVEIRA FERREIRA	553
SUPLENTE:	FILIPE FRÔFE GIORNO	536

POR:

COMISSÃO	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DO CONTRATO:	KELLY FEITOSA RODRIGUES	587
FISCAL TÉCNICO:	DANIELLE REIS ALVES FERREIRA	351
FISCAL ADMINISTRATIVO:	MARIANA DE OLIVEIRA FERREIRA	553
SUPLENTE:	FILIPE FRÔFE GIORNO	536

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 22 de agosto de 2024.
Publique-se!
Companhia de Desenvolvimento de Maricá, 23 de agosto de 2024.
Hamilton Broglia F. de Lacerda
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 164 DE 22 DE AGOSTO DE 2024.
ALTERA A PORTARIA N.º 113 DE 15 DE MAIO DE 2024 QUE DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 44/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8043/2022.
O PRESIDENTE DA CODEMAR, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Superintendência de Contratos e Convênios, em observância ao art. 22, §4º do decreto municipal 158/2018 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato N.º 44/2022, cujo objeto é o 1º USO DA ATA 09/2022 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.
Resolve:
Art. 1º SUBSTITUIR a Comissão de Fiscalização do presente contrato composta pelos servidores abaixo mencionados:

COMISSÃO	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DO CONTRATO:	BÁRBARA CRISTINA FERREIRA DE SOUZA	530
FISCAL TÉCNICO:	BRUNO MARINHO DE OLIVEIRA LOPES	050
FISCAL ADMINISTRATIVO:	ZENÓBIO ALVES DE AZEVEDO	645
SUPLENTE:	SÔNIA VENÂNCIO DO AMARAL NEVES	213

POR:

COMISSÃO	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DO CONTRATO:	MARIA CAROLINE DE SOUZA ALVES	525
FISCAL TÉCNICO:	BRUNO MARINHO DE OLIVEIRA LOPES	050
FISCAL ADMINISTRATIVO:	ZENÓBIO ALVES DE AZEVEDO	645
SUPLENTE:	SÔNIA VENÂNCIO DO AMARAL NEVES	213

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2024.
Publique-se!
Companhia de Desenvolvimento de Maricá, em 23 de agosto de 2024.
Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda
Diretor Presidente

ERRATA DA PORTARIA N.º 161 DE 16 DE MAIO DE 2023, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3017/2023.
Publicada comissão no JOM de 19 de maio de 2023. Edição n.º 1453 – página 31.
Em virtude de erro material;
Onde se lê: “DESIGNA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE FOMENTO N.º 02/2023, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3017/2023
Leia-se: “DESIGNA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE FOMENTO N.º 02/2023, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3017/2023
Art. 1º DESIGNAR a Comissão de Monitoramento do presente contrato composta pelos servidores mencionados.”
Em 26 de agosto de 2024.
Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda
Diretor Presidente

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO HOMOLOGO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ABERTO PRESENCIAL N.º 03/2024, REFERENTE AO PROCESSO N.º 0016965/2023.
Na edição nº 1631 do Jomal Oficial de Maricá, página 40 de 23 de agosto de 2024, na publicação da homologação:
Em virtude de erro material, onde se lê: “Adjudicando em favor da empresa REFORTEC SERVIÇOS GERAIS LTDA, CNPJ nº 11.516.008/0001-21” Leia-se: “Adjudicando em favor da empresa REFORTEC SERVIÇOS GERAIS LTDA, CNPJ nº 07.203.105/0001-97”
Em 27 de agosto de 2024.
Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda
Diretor Presidente

2º Extrato de Notificação de Advertência
CARTA DE ADVERTÊNCIA
À Empresa ÁGUA MINERAL OÁSIS DA SAÚDE LTDA
CNPJ nº: 09.176.323/0001-05
Contrato nº 69.2023
Considerando a inexecução parcial do contrato, referente ao não fornecimento adequado das notas fiscais correspondentes ao pagamento dos períodos de prestação dos serviços executados, apresentados no item 11.1.1 do Termo de Referência, presente no Edital de licitação nº 29/2023, vimos com base na cláusula décima segunda, parágrafo primeiro, do contrato supra, apresentar SEGUNDA CARTA DE ADVERTÊNCIA, com atendimento no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de publicação, alertando para o previsto na cláusula décima primeira do referido instrumento.
Comissão de Fiscalização (Portaria nº 389/2023).
Maricá, 21 de agosto de 2024
Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda
Diretor Presidente